

# Sayad: cargo ainda indefinido

O ex-ministro do Planejamento João Sayad está aguardando a definição do presidente sobre o novo cargo que ocupará, a partir da frustração da possibilidade de assumir o cargo de embaixador brasileiro junto à CEE — Comunidade Econômica Européia — para o qual havia sido convidado por Sarney.

Segundo um de seus assessores, até agora o ministro não recebeu nenhuma comunicação oficial sobre sua designação para a diretoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico — PNUDE — ou para a secretaria-geral do Centro de Estudos Econômicos da América Latina — Cepal — dois cargos que estão sendo pesquisados pelo Itamaraty, encarregado pelo Planalto de procurar uma colocação adequada para o ex-ministro.

O mesmo assessor, contudo, disse que dificilmente o ex-ministro aceitará qualquer cargo que não tenha a dimensão e a importância do de embaixador junto à CEE, preferindo voltar para seu Estado e reassumir suas funções na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Hoje, ao chegar a Brasília para transmitir o cargo de ministro do Planejamento ao seu sucessor, Aníbal Teixeira, Sayad deverá receber alguma informação oficial sobre seu destino funcional.

## SEAP

O secretário de Abastecimento e

Preços do Ministério da Fazenda, José Carlos Braga, negou ontem que tivesse sido convidado para assumir a Secretaria Especial de Controle das Estatais — Sest — um dos órgãos ligados à Seplan que deverá passar para o controle do Ministério da Fazenda. “É tudo especulação”, afirmou Braga, e aproveitou a oportunidade para revelar alguns dos estudos que vêm sendo discutidos no MF, para modificar o sistema de controle de preços do governo.

Braga revelou que a intenção da Seap é tornar automático o repasse de parte dos custos das empresas para os preços, estabelecendo uma espécie de “gatilho” também para os preços industriais. O Conselho Interministerial de Preços faria uma revisão periódica dos custos por setor, ajustando as diferenças encontradas, e discutindo com cada empresa a remuneração dos investimentos do período.

Para o secretário, o que emperra o controle dos preços não é o número de funcionários ou de computadores do CIP, mas o próprio sistema. “Com uma inflação alta como a que temos agora, no momento em que o CIP libera um aumento, a empresa já está pedindo outro”, afirma Braga. Ele acredita que apenas um sistema que permita o reajuste automático dos preços pode ter a agilidade que as empresas reclamam.